

MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A.		MOINHOS CRUZEIRO DO SUL		MAXI		Rosa Branca		
SEDE: Rua Hermes da Fonseca nº 1838 - Bairro Rio Branco - Canoas/RS CNPJ nº 88.301.155/0001-09								
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO								
<b>Senhores Acionistas:</b> Cumprindo exigências legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos complementares. A Administração.								
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020	2021	2020	
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>					
Caixa e equiv. de caixa	28.492	21.012	Empréstimos e financiamentos	183.053	193.769	(Prejuízo) lucro líq. do exercício	(4.696)	
Instrumentos financeiros derivativos	32.004	21.852	Instrumentos financ. derivativos	7.944	8.413	Atividades operacionais:	26.876	
Contas a receber de clientes	107.861	99.282	Fornecedores nacionais	6.941	7.468	Depreciação e amortização	314	
Estoques	271.985	183.551	Fornecedores estrangeiros	271.758	110.162	Amortiz. ativo de direito de uso	542	
Impostos e contrib. a recuperar	17.581	11.187	Impostos e taxas a recolher	5.721	6.439	Constituição de provisão	432	
Outros ativos circulantes	4.725	4.790	Salários e encargos sociais	5.721	6.439	Provisão para contingências	432	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>462.648</b>	<b>341.674</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>516.270</b>	<b>351.602</b>	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.853	
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>			IR e contribuição social diferidos	(4.505)	
Depósitos judiciais	27.740	33.817	Empréstimos e financiamentos	48.750	115.349	Baixa de ativo imobilizado	468	
IR e CS diferidos	58.932	41.542	Prov. para demandas judiciais	10.300	14.754	Juros e variações cambiais	18.526	
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.043	Impostos e taxas a recolher	972	1.463	Juros sobre passivo de arrend.	67	
Impostos e contrib. a recuperar	15.315	15.327	Outras contas a pagar	2.983	138	Resultado não realizado das operações com derivativos	19.422	
Outros ativos não circulantes	179	179	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>63.005</b>	<b>131.704</b>		60.757	
Imobilizado	288.725	298.744	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>126.000</b>	<b>126.000</b>	Variações nos ativos e passivos:		
Intangível	2.822	3.762	Capital social	77.293	77.293	(Aumento) redução dos ativos	(12.432)	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>393.713</b>	<b>423.414</b>	Reserva de capital	4.189	4.189	Contas a receber de clientes	(88.434)	
<b>Total do ativo</b>	<b>856.361</b>	<b>765.088</b>	Reserva legal	4.189	4.189	Estoque	1.233	
			Reserva de incentivos fiscais	10.284	10.284	Adiantamento a fornecedores	(10.975)	
			Reserva de retenção de lucros	19.508	24.204	Impostos a recuperar	(10.975)	
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>277.812</b>	<b>281.782</b>	Depósitos judiciais	6.077	
			<b>Total passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>856.361</b>	<b>765.088</b>	Outros ativos	(1.168)	
						Aumento (redução) dos passivos		
						Fornecedores	161.069	
						Outras contas a pagar	681	
						Salários e encargos sociais	(718)	
						Provisão para demandas judiciais (pagamentos)	(4.886)	
						Impostos e taxas a recolher	14.265	
						<b>Caixa líq. gerado pelas (utilizado nas) ativ. operac.</b>	<b>125.469</b>	
						Impostos pagos sobre o lucro	(8.292)	
						<b>Fluxo de caixa líq. prov. das (utilizado nas) ativ. operacionais</b>	<b>117.177</b>	
						Atividades de investimento	(13.481)	
						Aquisição de ativo imobilizado	(17.987)	
						Aquisição de ativo intangível	(4.702)	
						Caixa líq. (utilizado nas) atividades de investimento	(13.481)	
						Atividades de financiamento		
						Empréstimos tomados	125.000	
						Pag. de empréstimos principal e variação cambial	(206.522)	
						Pagamentos de juros	(14.319)	
						Pag. de passivos de arrend.	(375)	
						Caixa líq. (utilizado nas) prov. das atividades de financiamento	(96.216)	
						<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.480</b>	
						No início do exercício	21.012	
						No fim do exercício	28.492	
						<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.480</b>	
							(1.980)	
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)								
	2021	2020		2021	2020		2021	
Receita operacional líquida	1.162.245	1.020.780		1.162.245	1.020.780		1.162.245	
Custos dos produtos vendidos	(1.041.567)	(845.494)		(1.041.567)	(845.494)		(1.041.567)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>120.678</b>	<b>175.286</b>		<b>120.678</b>	<b>175.286</b>		<b>120.678</b>	
Recargas (despesas) operacionais	(80.051)	(76.102)		(80.051)	(76.102)		(80.051)	
Vendas	(26.175)	(25.739)		(26.175)	(25.739)		(26.175)	
Administrativas e gerais	(3.953)	(3.352)		(3.953)	(3.352)		(3.953)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	16.359	4.101		16.359	4.101		16.359	
Outras receitas operacionais	(11.586)	(2.960)		(11.586)	(2.960)		(11.586)	
Outras despesas operacionais	(15.372)	(71.234)		(15.372)	(71.234)		(15.372)	
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>(70.976)</b>	<b>(125.175)</b>		<b>(70.976)</b>	<b>(125.175)</b>		<b>(70.976)</b>	
Despesas financeiras	46.403	116.720		46.403	116.720		46.403	
Receitas financeiras	(24.573)	(8.455)		(24.573)	(8.455)		(24.573)	
Total das despesas financeiras líquidas	(9.201)	62.779		(9.201)	62.779		(9.201)	
(Prejuízo) lucro antes dos impostos sobre o lucro	(12.885)	(14.680)		(12.885)	(14.680)		(12.885)	
Corrente	17.390	(4.622)		17.390	(4.622)		17.390	
Diferido	4.505	(19.302)		4.505	(19.302)		4.505	
Total Imposto de renda e contribuição social	(4.696)	43.477		(4.696)	43.477		(4.696)	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(0,0373)	0,3451		(0,0373)	0,3451		(0,0373)	
Lucro ou Prejuízo por de mil ações								
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)								
	2021	2020		2021	2020		2021	
(Prejuízo) lucro do exercício	(4.696)	43.477		(4.696)	43.477		(4.696)	
Outros resultados abrangentes	-	-		-	-		-	
Total do resultado abrangente, líquido dos impostos	(4.696)	43.477		(4.696)	43.477		(4.696)	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)								
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de Lucros	Parcela de Resultado a Dispos. AGO	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	126.000	77.293	2.015	8.793	24.204	-	-	238.305
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	43.477	43.477
<b>Destinação do lucro do exercício</b>								
Reserva legal	-	-	2.174	-	-	-	(2.174)	-
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	1.491	-	-	(1.491)	-
Reserva de lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	-	39.812	(39.812)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.000	77.293	4.189	10.284	24.204	39.812	-	281.782
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.696)	(4.696)
<b>Destinação do resultado do exercício</b>								
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(4.696)	-	4.696	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.000	77.293	4.189	10.284	19.508	39.812	-	277.086
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS								
<b>1. Contexto operacional:</b> A Moinhos Cruzeiro do Sul S.A. ("Companhia"), com sede em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de suas controladas, tem por atividade operacional a industrialização e comercialização de farinha de trigo e seus derivados. A Companhia possui cinco unidades produtivas localizadas nas cidades de Canoas (Rio Grande do Sul), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Olinda (Pernambuco), São Luís (Maranhão) e Belém (Pará). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 53.622, principalmente em virtude de empréstimos com terceiros e fornecedores a pagar com partes relacionadas no curto prazo. A Companhia continuará implementando ações para melhoria do desempenho financeiro. Entre essas ações, destaca-se a captação de contrato de nova linha de financiamento no período, com vencimento a longo prazo, conforme evento subsequente divulgado na nota explicativa 20, reequilibrando o capital circulante líquido. <b>1.1. Impactos COVID-19 nas operações da Companhia:</b> Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: (a) Preservar a saúde dos funcionários, por meio da implementação de uma política de trabalho remoto e a adoção de medidas de saúde e segurança recomendadas pelas autoridades governamentais nos centros de distribuição. Aliado a isso, foi estabelecido um comitê gerencial para acompanhamento da implementação das ações nas unidades, com constante inspeção em campo. (b) Foi observado que, em função da pandemia, o real sofreu um processo de desvalorização e o câmbio tem se mostrado altamente volátil. A Companhia continua seguindo a política de proteção cambial, contratando operações de hedge simultaneamente à compra de trigo. A volatilidade no câmbio levou ao aumento do custo da matéria-prima em reais. Essa variação foi substancialmente repassada ao mercado com o incremento do preço. Historicamente, em crises semelhantes a essa, o segmento de alimentos tem se mostrado como um dos mais resistentes, mesmo com os impactos já sentidos na economia sobre emprego e renda. (c) A Companhia revisou o impacto da pandemia de COVID-19 nas contas a receber, em função do possível aumento do risco de crédito e não identificou impactos relevantes decorrentes deste tema para o período em questão. De qualquer forma, a Companhia continua monitorando esse tema para o encerramento do exercício de 2022. A Administração não tem conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. <b>2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de julho de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. <b>b. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>c. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>d. Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. <b>Julgamentos:</b> As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - Nota explicativa nº 11 - Imobilizado: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil. <b>e. Incertezas sobre premissas e estimativas:</b> As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - Nota 11 - Prazo de vida útil do ativo imobilizado; - Nota 6 - Mensuração de provisão para perda esperada; - Nota 14 - Mensuração da provisão para demandas judiciais. <b>Mensuração do valor justo:</b> Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - Nota 20 - Instrumentos financeiros. <b>3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:</b> Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); - Concessão de aluguel relacionados à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); - Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS1); - Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8). <b>4. Políticas contábeis:</b> <b>4.1. Moeda estrangeira:</b> As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos novamente para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras, para o resultado utilizamos a taxa da data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. <b>4.2. Reconhecimento de receita:</b> As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita estão demonstradas na nota explicativa 16. <b>4.3. Impostos: a. Imposto de renda e contribuição social - Corrente:</b> Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. <b>b. Imposto de renda e contribuição social - Diferido:</b> Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como por prejuízos fiscais acumulados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são								

reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **c. Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (a) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (b) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **4.4. Instrumentos financeiros: a. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado(VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. - Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. - Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. - Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em JORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Ativos financeiros:** A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: - Empréstimos e recebíveis; - Ativos financeiros mantidos até o vencimento; - Ativos financeiros disponíveis para venda; e - Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** - Ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado. - Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. - Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b. Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações no valor justo são registradas em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" classificados no ativo circulante e não circulante. **4.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. **4.6. Contas a receber de clientes:** Estão atualizadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para perda esperada estão demonstradas na Nota 6. **4.7. Imobilizado:** São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **4.8. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio; **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **4.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A estimativa**

MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A.		MOINHOS CRUZEIRO DO SUL		MAXI		Rosa Branca	
SEDE: Rua Hermes da Fonseca nº 1838 - Bairro Rio Branco - Canoas/RS CNPJ nº 88.301.155/0001-09		LITERRA COMPANY					
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)							
<b>5. Caixa e equivalente de caixa</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>8. Imobilizado</b>			
Disponibilidades	21.735	21.012	<b>Custo do Imobilizado</b>		<b>Saldo em</b>		<b>Saldo em</b>
Fundo de Renda fixa	6.757	-			<b>31/12/2020</b>	<b>Aquisição</b>	<b>31/12/2021</b>
Total	<b>28.492</b>	<b>21.012</b>	Edificações e benfeitorias	188.550	-	-	1.868
			Máquinas e equipamentos	186.481	(10)	-	4.154
<b>6. Contas a receber</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	Móveis e utensílios	7.427	(3)	-	207
Mercado interno	114.571	103.270	Veículos	1.739	-	-	10
Provisão para perda esperada	(6.710)	(3.988)	Terrenos	4.053	-	-	-
	<b>107.861</b>	<b>99.282</b>	Obras em andamento	66.490	13.481	(467)	(8.094)
			Instalações	15.555	-	-	1.855
<b>7. Impostos a recuperar</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	Contrato de Arrendamento	1.361	3.217	-	-
Circulante	6.807	5.310		<b>471.656</b>	<b>16.698</b>	<b>(480)</b>	<b>487.874</b>
Imposto de renda	6.142	4.072	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo em</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>
ICMS	2.744	1.040	Edificações e benfeitorias	<b>31/12/2020</b>	(8.170)	-	-
Cofins a compensar	1.888	765	Máquinas e equipamentos	(66.465)	(15.238)	9	(74.635)
Pis a compensar	<b>17.581</b>	<b>11.187</b>	Móveis e utensílios	(93.994)	(599)	3	(109.223)
			Veículos	(4.803)	(59)	-	(5.399)
			Instalações	(1.522)	(95)	-	(1.617)
<b>Não Circulante</b>			Contrato de Arrendamento	(5.067)	(1.833)	-	(6.900)
ICMS	15.315	15.327		(1.061)	(314)	-	(1.375)
	<b>15.315</b>	<b>15.327</b>		<b>(172.912)</b>	<b>(26.249)</b>	<b>12</b>	<b>(199.149)</b>

  

9. Patrimônio Líquido:		a. Capital Social:	
O capital social integralizado, conforme estatuto social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$126.000, dividido em 126.000.000 ações ordinárias.		O capital social integralizado, conforme estatuto social, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$126.000, dividido em 126.000.000 ações ordinárias.	
b. Destinação de lucros: Em 31 de dezembro de 2021 o montante do prejuízo de R\$ 4.696 foi absorvido pela Reserva de Retenção de lucros. c. Reservas:		b. Destinação de lucros: Em 31 de dezembro de 2021 o montante do prejuízo de R\$ 4.696 foi absorvido pela Reserva de Retenção de lucros. c. Reservas:	
• Reserva de capital - o montante de R\$ 77.253 foi constituído a partir da associação entre Predileto Investimentos e Andorsi do Brasil S.A. que ocorreu em 2010. A reserva não sofreu alterações nos anos posteriores, se mantendo com o mesmo número; • Reserva legal - quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de R\$ 4.189 (R\$ 4.189 em 2020); • Reserva de incentivos fiscais - O montante de R\$ 1.491 foi constituído a lucros de exploração obtidos nas unidades do Norte e Nordeste, totalizando R\$ 10.284 em 2021 (R\$ 10.284 em 2020); • Reserva de retenção de lucros - em 2020 e 2021 a Companhia não efetuou distribuição de dividendos. O montante de R\$ 19.508 compõe o patrimônio líquido demonstrado nas reservas de lucros retidos.		• Reserva de capital - o montante de R\$ 77.253 foi constituído a partir da associação entre Predileto Investimentos e Andorsi do Brasil S.A. que ocorreu em 2010. A reserva não sofreu alterações nos anos posteriores, se mantendo com o mesmo número; • Reserva legal - quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de R\$ 4.189 (R\$ 4.189 em 2020); • Reserva de incentivos fiscais - O montante de R\$ 1.491 foi constituído a lucros de exploração obtidos nas unidades do Norte e Nordeste, totalizando R\$ 10.284 em 2021 (R\$ 10.284 em 2020); • Reserva de retenção de lucros - em 2020 e 2021 a Companhia não efetuou distribuição de dividendos. O montante de R\$ 19.508 compõe o patrimônio líquido demonstrado nas reservas de lucros retidos.	
		<b>2021</b>	<b>2020</b>
Andorsi do Brasil S.A.	126.000.000	100%	126.000.000
			100%
<b>10. Receita Operacional</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita bruta de vendas	1.226.290	1.226.290	1.071.630
Impostos sobre as vendas	(32.093)	(32.093)	(23.789)
Descontos concedidos	(13.485)	(13.485)	(10.617)
Devoluções e abatimentos	(18.467)	(18.467)	(16.444)
	<b>1.162.245</b>	<b>1.162.245</b>	<b>1.020.780</b>

  

DIRETORIA			
Canoas(RS),	<b>Antonio Celso Bermejo</b>	<b>Helcio Gasparini</b>	<b>Marcia Regina Crisosto</b>
	Diretor Presidente	Diretor Vice Presidente	Diretora Financeira
	<b>Luciano Kumagai</b> - Contador - CRC 1SP264069 - CPF 164.218.548-50		

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local:** Realizada em 03 de agosto de 2022, às 13:30 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida pelo Sr. Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras da Companhia de 30 de junho de 2022. **4. Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas demonstrações financeiras da Companhia de 30 de junho de 2022, deliberou: i. Aprovar, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas da Companhia, no valor total de R\$ 23.625.496,77 (vinte e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos), correspondentes a R\$ 0,0956838 por ação, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2022 ("Dividendos Intercalares – 2T22"). Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre ora distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social em curso, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia; ii. Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares do 2T22 ora aprovados, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia de 30 de junho de 2022, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia e atende a "Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio" da Companhia. iii. Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas *exproventos* a partir de 09 de agosto de 2022 (inclusive) e o pagamento aos acionistas será realizado até 31 de agosto de 2022. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, que vai por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). **6. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 03 de agosto de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8398185 em 18/08/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 222768436 - 15/08/2022. Autenticação: 857571CBDED91931956975AE-724843341DAEAC2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 03 de agosto de 2022, às 14:00 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. PRESENCAS E MESA:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Sr. Péricles Pereira Druck. **3. ORDEM DO DIA:** Aprovar a destinação de participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras referente ao 2T22, conforme o previsto no Art. 29 do Estatuto Social; **4. DELIBERAÇÃO:** Tomada por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29, do Estatuto Social, autorizar "ad referendum da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao 2T22, no montante de R\$ 1.912.309,99 (um milhão, novecentos e doze mil, trezentos e nove reais e noventa e nove centavos). **5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). **6. DECLARAÇÃO:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 03 de agosto de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8398187 em 18/08/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 222768851 - 15/08/2022. Autenticação: F09238386CAACE9441BBAF9C038AB3C843EE58. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local:** Realizada em 04 de agosto de 2022, às 10:00 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e Mesa:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração sob a presidência do Sr. Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o Programa de Participação nos Resultados de Longo Prazo da Companhia - UPSIDE de 2022 em diante. **4. Deliberação:** O Conselho de Administração discutiu e, por unanimidade, aprovou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com recomendação do Comitê de Pessoas, conforme Ata de Reunião arquivada na Companhia, o novo Programa de Participação nos Resultados de Longo Prazo da Companhia - UPSIDE, que se refere ao ano de 2022 em diante, bem como as regras de transição do programa anterior ("Upside 2019-2021"), conforme anexo. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). **6. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 04 de agosto de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8398188 em 18/08/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 222769122 - 15/08/2022. Autenticação: F6AAB58D5882AD18A10F-270959CF37EE4187. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC